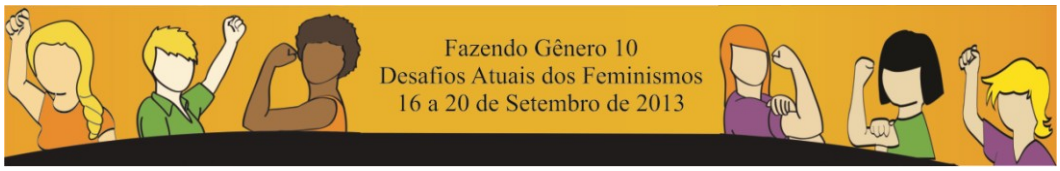

GÊNERO E PÓS-GÊNERO: UM DEBATE POLÍTICO

Carla Rodrigues[1]
Maria Luiza Heilborn[2]

Resumo: Desde que foi publicado, em 1986, no volume 5 da edição 91 da American Historical Review , "Gênero – uma categoria útil de análise histórica", da historiadora e teórica feminista Joan Scott, se tornou a grande referência no Brasiol para o uso do termo no debate sobre hierarquia ou assimetria de gênero. Este artigo começa pela recuperação das proposições de Scott para o termo, tendo como objetivo discutir, a partir do trabalho de autoras que se denominam "pós-gênero", até que ponto gênero ainda é uma categoria útil de análise, dada as suas transformações recentes, resultado de questionamentos apontando a insuficiência da distinção sexo/gênero. Propomos aqui uma revisão bibliográfica que retoma o uso do termo, passa pela sua desconstrução – reconhecendo implicações políticas e teóricas importantes – para chegar até o debate sobre como enfrentar a questão da função normativa das identidades de gênero e suas consequências. Observamos que, neste percurso, a questão política se desloca da crítica feminista à hierarquia de gênero para a crítica da normatização da matriz heterossexual, o que não se dá sem implicações políticas sobre as quais queremos refletir.
Palavras-chave: Gênero. Sujeito. Diferença sexual.

Introdução

"O gênero é uma estratégia pela qual as feministas começaram a encontrar uma voz teórica própria, além de aliados científicos e políticos. É nesse espaço que gênero é uma categoria útil de análise" (Scott, 1990, p. 14). Essa é uma das afirmações do texto de Joan Scott, ao qual nos propomos a retornar como ponto de partida para a discussão neste artigo. Alguns dos argumentos da autora a favor do uso do gênero como categoria de análise defendem o conceito como forma de compreender os diversos modos de interação social e humana. Ao defender tal posição, Scott sustenta, dito de maneira muito resumida, o gênero como aquilo que nos permite interrogar como a diferença sexual funciona nas relações sociais.

Em outras palavras, na medida em que gênero se integra na metodologia das ciências sociais, conforme a categoria gênero se torna aquela a que se recorre para rejeitar explicações biológicas para as relações sociais, e sobretudo quando gênero aparece como uma categoria social que se impõe sobre um corpo sexuado, a categoria nos oferece novas perspectivas sobre as relações de poder e nos permite pensar igualdade política e social com o objetivo de incluir além da dimensão de gênero, as questões de classe e raça que até ali subjaziam em análises cujo ponto de

[1] Doutora e mestre em Filosofia (PUC-RIO). Professora (Filosofia/UFF, Comunicação Social/PUC-RIO). Realizou pesquisa de Pós-Doutorado Júnior (IEL/UNICAMP) como bolsista do CNPQ (2011/2013). cr@id.uff.br
[2] Doutora em Antropologia Social (MN/UFRJ). Professora Associada do Instituto de Medicina Social (UERJ). Bolsista de Produtividade do CNPq e Prociencia/UERJ. heilborn@ims.uerj.br

partida era a neutralidade do humano enquanto tal e o caráter ontológico do sujeito. Poderíamos acrescentar que outras dimensões, como a homossexualidade, também aparecem como problema teórico no âmbito de um novo registro epistemológico que incorpora o gênero como categoria estratégica de análise. Nosso objetivo é discutir se os processos de desconstrução da identidade de gênero afetam o uso da categoria gênero como categoria útil de análise, tal qual defendida, nesses termos, por J. Scott.

Gênero, uma breve história

Desde a década de 1970 as ciências humanas e sociais foram marcadas pela progressiva incorporação do conceito de gênero (Heilborn e Sorj, 1999). A distinção sexo/ gênero foi se constituindo como ferramenta conceitual e política e representou um argumento decisivo nas lutas em torno dos direitos das mulheres. Nesse processo de diferenciação, o primeiro termo – sexo – remete à natureza e, de maneira mais específica, à biologia, e o segundo termo – gênero – se refere às construções culturais das características consideradas femininas e masculinas (Scott, 1990). Essas construções são percebidas como aspectos que mantêm relação com a biologia, mas não derivam dela e variam em diferentes contextos (Shapiro, 1981). Ao colocar em evidência o caráter arbitrário das noções de masculinidade e feminilidade, a distinção entre sexo e gênero permitiu que pesquisadoras e também militantes feministas salientassem a natureza eminentemente social da subordinação das mulheres e apontassem, portanto, para sua possível alteração (Franchetto, Cavalcanti e Heilborn, 1981; Mathieu, 1991).

Importante também na história das teorias sociais sobre diferenças sexuais, a distinção sexo/gênero abre a perspectiva de interrogar a idéia de diferença sexual como princípio universal de diferenciação e classificação (Durkheim e Mauss (1971 [1903]). Assim, a partir da distinção sexo/gênero, firma-se uma linha argumentativa de pensar diferença sexual como produto da cultura e não como substrato natural ou essência que informaria a modelação dos chamados papéis sexuais. Nesta abordagem, indivíduos nascidos e classificados como homens e mulheres seriam socializados a agir, pensar e sentir segundo roteiros culturalmente construídos em posições vinculadas ao sexo anátomo-biológico. São abordagens que trabalham a partir da construção cultural dos papéis de gênero e tendem a conceber as relações entre os sexos a partir de pressupostos de costume e estabilidade social. Em geral, tendem também a descartar a possibilidade de mudança nesse arranjo social.

Uma reflexão crítica dessa perspectiva pode ser observada no conceito de "sistema de sexo e gênero" formulado por Gayle Rubin (1975), que postula que a assimetria entre homens e mulheres presentes em múltiplas sociedades deveria ser debitada às formas de organização social do sexo e da reprodução. Interpelando Lévi- Strauss (1976) na teoria sobre a circulação de mulheres, Rubin indica que a desigualdade de distribuição de poder está na raiz da apropriação pelos homens da capacidade reprodutiva do sexo feminino. Essas idéias são centrais no desenvolvimento da antropologia dedicada ao gênero nas décadas de 1970 e 1980 (Harris e Young, 1979; Reiter, 1975).

No marco de abordagens que consideram a subordinação feminina um aspecto universal da organização social, o conceito de gênero foi amplamente utilizado como instrumento de crítica à construção social das diferenças entre homens e mulheres, de forma a compreender as maneiras como essas construções se relacionavam com as práticas sociais situando às mulheres em posições de desigualdade. Algumas antropólogas definiram gênero como uma forma de desigualdade social (Ortner e Whitehead, 1981; Collier e Yanagisako, 1987) e consideraram o estudo do gênero como o estudo de relações assimétricas de poder e oportunidades. Para além da distinção sexo/gênero, trata-se de reconhecer que há uma hierarquia social baseada na materialidade dos corpos, que se expressa, por exemplo, na divisão de gênero no trabalho, onde mulheres ganham menos do que homens, são naturalmente direcionadas a atividades tidas como tipicamente femininas – organização, arrumação, cuidado – mesmo entre dois profissionais em cargos equivalentes. Em outras palavras, entre um homem e uma mulher, ambos gerentes, além da desgualdade salarial haverá também uma hieraquia simbólica organizada a partir da diferença sexual.

No percurso da incorporação do gênero como categoria útil de análise, Scott percebe que a categoria gênero é usada por três escolas de pensamento: feministas, marxistas e pós-estruturalistas. É nesta última, sobretudo a de matriz francesa, com a qual ela mesma se identifica (Scott, 1998) e onde localizaremos algumas das questões que nos interessam. São autores/as que deslocam seu interesse das relações sociais para o processo pelo qual a identidade de gênero é constituída.

Ao apontar a insuficiência do binômio sexo/gênero, o corpo é pensando como página em branco a ser escrita, inclusive aquelas produzidas pelo discurso biológico. Aqui, argumenta-se que já a noção de sexo, ou da natureza biológica de homens e mulheres, é uma construção social (Laqueur, 2001, Moore, 1994; Oudshoorn, 1994), e que o corpo sexuado não pode ser considerado um dado universal. É por este caminho, por exemplo, que seguirá a crítica da filósofa Judith Butler, cujo *Problemas de gênero*, publicado em 1993 nos EUA, marca o questionamento que estamos perseguindo neste trabalho: se em Scott a pergunta era "como o gênero funciona nas relações

sociais?", em Butler a pergunta se desloca para "como o gênero funciona na definição ontológica de sujeito?". Mais do que um problema epistemológico, o que esse deslocamento põe em xeque é uma tensão percebida por Scott: interrogar o processo pelo qual a identidade de gênero é constituída seria deixar a realidade social como secundária, como à parte do sujeito? (Scott, 1990, p.12). De outro lado, pensar as relações sociais de gênero sem pensar sobre a distinção sexo/gênero seria ignorar as limitações – políticas e sociais – de identificação de si a partir da naturalização da articulação entre sexo/gênero/desejo (BUTLER, 2003).

Pós-gênero, uma breve história

Os anos 1960 marcam, no pensamento francês, a interrogação do caráter ontológico do sujeito (Safatle, 2011). Quando diz que o "homem é uma invenção recente da qual a arqueologia do nosso pensamento facilmente demonstra a data recente. E, talvez, o fim próximo", Foucault (2000) está questionando a filosofia que até ali se orientara pelo conceito de homem. Ao mesmo tempo, Derrida também percebe que tudo se passa na história do pensamento sem que nunca tenha sido interrogada "a história do conceito de homem" (Derrida, 1991, p. 154), que entrará em crise ao longo da segunda metade do século XX. Neste percurso, Foucault (1988) culmina, em *História da sexualidade – a vontade de saber,* seu projeto de demonstração da emergência de uma nova episteme gerada no séc XVIII que dá existência a uma intricada teia de relações em que se entrelaçam saber –poder. Opondo-se a hipótese de que todo o poder emana do Estado, o pensador francês focaliza os micro-poderes que constituem a nova ordem, a do poder disciplinar. O conjunto de análises sobre a produção de conhecimento sobre o louco, o criminoso, a sexualidade, o corpo doente, coroa na enunciação da *disciplina* como o mecanismo central de teias de controle social. O poder disciplinar contempla um diagnóstico e forma de tratamento dos sujeitos que, paradoxalmente, resulta em desdobramentos de singularização. Foucault ilumina o contraste entre o poder soberano – que coíbe , coage e reprime – ao do novo poder, dotado de eficácia produtiva – que resulta em individualização por meio de dispositivos diversos como o isolamento em celas asilares ou prisionais, técnicas de exames, registros, vigilância panóptica e classificação minuciosa dos ' desvios'. O caráter positivo dessa modalidade de poder é a produção de realidade e sentimentos até então inexistentes , como o próprio sentimento de si. Na frase lapidar de Foucault o indivíduo não é o outro do poder, mas sim um dos seus primeiros efeitos (Foucault, 1982, p.138). Contudo, pode-se de dizer que, se nessa perspectiva teórica o individuo é desnaturalizado, ele é

também afirmado em uma dimensão real – a do sentimento de subjetivação, ainda que esse seja socialmente produzido.

Percebida como uma importante continuadora da obra de Foucault, Butler segue a trilha do pensador francês para discutir o corpo não como "natural", mas como tão cultural quanto o gênero (Butler, 1987). *Problemas de gênero:feminismo e subversão da identidade* foi publicado em 1993 e faz parte do debate político sobre a identidade da "mulher" e sua pretensão de totalidade, de certa forma ainda uma herança da maneira como Simone de Beauvoir percebe a universalidade da submissão feminina na sociedade (Beauvoir, 2009). É justamente com Beauvoir que Butler estabelece um debate sobre a distinção sexo/gênero, para ela ainda inscrita na tradição cartesiana que orientou o pensamento ocidental sobre o sujeito. Butler vê na divisão sexo/gênero a ideia de que pensar o sexo como natural e o gênero como socialmente construído mantém um modelo binário. Trata-se, então, de discutir *como e se* a noção de gênero decorre do sexo, decorrência na qual ela aponta uma forma de afirmação de uma "unidade metafísica". Para Butler, aceitar o sexo como um dado natural e o gênero como um dado construído, determinado culturalmente, seria aceitar também que o gênero expressaria uma essência do sujeito.

Trata-se de pensar que não há identidades que precedam o exercício das normas de gênero. Podemos pensar que seu gesto político – a partir do qual também se impõe a necessidade de pensar sobre a utilidade do uso da categoria de gênero como análise – é afirmar que não há a *verdade do gênero*:

> Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos de verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável (Butler, 2003, p.195).

Ao indicar que não há essência ou identidade nas caracteristicas corporais, a autora propõe três dimensões contingentes da corporeidade: sexo anatômico, aquele dado pela biologia; identidade de gênero, entendida como uma construção social; e performance de gênero, sendo o elemento do performativo aquilo que perturba a associação sexo/gênero. A dimensão contingente do gênero como performance sugere a necessidade de repetição que, ao mesmo tempo em que é a reencenação de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente, é também, a cada vez, uma nova experiência de performance ou o que a autora chama de "repetição estilizada de atos" (Butler, 2003, p.200). Com as performances de gênero, Butler indica a fragilidade da normatividade de gênero e explicita que a norma só pode funcionar como uma estrutura de citação e de repetição contínua. Corpos performam gêneros, e o fazem pela repetição, sem nunca serem idênticos a si mesmos.

Gênero passa a ser, assim, uma repetição de normas que já não retornam mais a um original, explicitando a arbitrariedade do par sexo/gênero (Rodrigues, 2012a).

Suas proposições serão alvo de críticas, entre as quais estão as que nos interessam aqui: como articular performatividade de gênero e materialidade do corpo? Como ignorar a diferença anatomo-biológica da diferença sexual? Para ensaiar algumas possibilidades de resposta, será preciso trilhar o caminho de articulação, proposto por Butler (2001), entre a materialidade dos corpos e a performatividade de gênero. É a Foucault que ela retorna para lembrar que sexo já é um ideal regulatório que produz os corpos que governa, e não uma simples condição estática do corpo, o que a levará a afirmar que "as normas regulatórias materializam o 'sexo' e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas" (p. 154). Ao perceber que a norma *depende* de sua repetição, Butler percebe também a necessidade da reiteração como um "sinal de que a materialização nunca é totalmente completa, que os corpos não se conformam, nunca, complementamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta" (idem). É aqui então que ela – se afastando de qualquer tipo de pensamento liberal que possa vir a entender a performance como um ato de liberdade individual do sujeito – acrescenta à performance o caráter de prática reiterativo e citacional, pela qual o discurso produz os efeitos que nomeia (ibidem). Por esse caminho, a materialidade dos corpos também será percebida como efeito produtivo do poder, e o discurso será entendido como um poder reiterativo que produz os fenômenos que regula. Com isso, a autora está propondo pensar o sujeito como um 'eu' falante formado em virtude de ter passado pelo processo de assumir um sexo. Se essas opões sexuais a que os sujeitos é constrangido a assumir são sempre duas, são restritas ao binarismo dos corpos, então o imperativo heterossexual possibilita certas identificações e impede outras (Butler, 2001, p. 153-155).

Assim, ao pensar como a categoria gênero está colada à categoria sujeito que Butler promove pelo menos dois deslocamentos. O primeiro, já mencionado, propõe pensar sobre o caráter ontológico da identidade de gênero *antes mesmo* de pensar nas relações sociais daí decorrentes. O segundo deslocamento, cujos desdobramentos políticos são mais evidentes, é pensar não mais a diferença sexual e a hierarquia de gênero das relações sociais, mas interrogar como a crença na fixidez da identidade de gênero se torna matriz da heterossexualidade normativa (Rodrigues, 2012b). Como observara Scott, por esse caminho, as relações sociais se tornam secundárias, resultado da imposição da heterossexualidade normativa, das possibilidades limitadas de identificação de si a partir da naturalização sexo/gênero/desejo. O problema político que nos colocamos neste artigo foi pensar sobre essas duas abordagens para questionar se pensar sobre a

hierarquia de gênero nos levaria forçosamente a assumir o caráter ontológico da identidade, inclusive da identidade de gênero.

Considerações finais

Gostaríamos de considerar aqui dois pontos importantes no desdobramento das questões que formulamos. O primeiro, a importância da obra de Foucault para a teoria feminista e para as possibilidades de pensar o corpo como uma superfície regulada. Nesse aspecto, o gênero como categoria útil de análise das relações sociais é tributário, também, de pensamentos que insistem na articulação entre cultura e identidade de gênero. Por este caminho, encontraríamos como hipótese uma resposta afirmativa: sim, gênero ainda é uma categoria útil de análise, porque as diferenças sexuais se materializam em corpos biológicos, porque o processo de discussão – ou de desconstrução – da heterossexualidade normativa passa pela críitica às identidades de gênero e suas consequências nas relações sociais.

Observamos que Butler não abandona o termo, mesmo em títulos como *Undoing gender* (Butler, 2004), e que Scott faz questão de associar gênero ao problema da diferença sexual quando diz que

> o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade. A diferença sexual não é a causa originárias qual a organização social poderia derivar. Ela é antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos (Scott, 1998).

A questão passa a ser como, sem abandonar a categoria gênero, ampliar o debate político da hierarquia de gênero nas relações sociais para a heterossexualidade normativa. Isso significaria rever a estrutura binária masculino/feminino, binária como supostamente são os corpos biológicos (Laqueur, 2001), se pretendermos entender as relações sociais já organizadas a partir da construção do binarismo e as diferenças sexuais como parte dessa construção discursiva.

Nesse sentido, gostaríamos de concluir apontando pelo menos uma hipótese de articulação entre a discussão política sobre heterossexualidade normativa e o debate sobre gênero e relações sociais: o que haveria de mais interessante no pensamento pós-gênero seria tomar como políticos os próprios termos em que as identidades são constituídas, o que nos levaria a pensar além da categoria gênero como social, mas entender o poder sobre a materialidade dos corpos como aquilo que constrange a diferença sexual como binária, que não se resolveria na tentativa de construção de novas identidades de sexuais e de gênero que possam ir além do par masculino/feminino. É aquilo que Drucilla Cornell chama de "desfiles de carteiras de identidade" (1992), desfile no qual se toma

como político o reconhecimento destas novas identidades[3], mas que ainda seria insuficiente para discutir politicamente as exigências de constituição dos sujeitos.

Numa formulação importante na sua interlocução com teóricas feministas críticas às suas posições, Butler afirma que não se trata de dizer adeus ao sujeito em si, mas de um "um apelo a retrabalhar essa noção fora dos termos de um dado epistemológico". Aqui caberia lembrar a formulação foucaultiana de *episteme* como um sistema de sistemas onde o sujeito se insere, um horizonte que condiciona o modo de formular os problemas e as respostas a esses problemas. Butler reconhece uma questão política importante nos questionamentos do sujeito, quando diz que "há o refrão que, justamente agora, quando as mulheres começam a assumir o lugar de sujeitos, as posições pós-modernas chegam para anunciar que o sujeito está morto" (Butler, 1998, p. 23).

Substitua-se, nessa afirmação, "as mulheres" por outras identidades de gênero recém-estabelecidas, como "os gays", "os transgêneros", "os travestis", "as lésbicas", e tem-se a ampliação da tensão entre posições que parecem politicamente antagônicas. No entanto, se retomarmos a questão de Scott – gênero como categoria para pensar as diferenças sexuais – somos obrigadas também a nos perguntar sobre como pensar as relações sociais sem categorias como gênero e sujeito. A resposta de Butler é que devemos pensar como políticos os próprios termos em que a identidade se constitui. Resposta talvez insuficiente. Mas, a se admitir – o que evidentemente não é um consenso – que a desconstrução do conceito clássico de sujeito e o fim do peso metafísico da identidade também formam os caminhos pelos quais emergem o direito à diferença, pode-se concluir apontando para uma co-implicação teórica, para uma conciliação entre duas posições supostamente antagônicas: as que entendem o gênero não como um atributo do sujeito ontologicamente constituído e as que entendem o gênero como parte decisiva de relações sociais hierarquizadas, em posições que são mais próximas do que ambos os lados gostariam de reconhecer

Referências

BEAUVOIR, Simone. 2009. O segundo sexo. Rio de Janeiro : Nova Fronteira.

BUTLER, Judith.. "Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault". In: BENHABIB, Seyla & CORNELL, Drucilla. Feminismo como crítica da modernidade. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos. 1987

BUTLER, Judith.. "Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pósmodernismo". Cadernos Pagu, n. 11. 1998.

[3] Para a autora, é preciso pensar a "mulher" além da oposição binária entre masculino e feminino, como forma de "resistir à lógica da identidade reproduzida na hierarquia de gênero" (Cornell, 1999, p. 118).

BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. IN: LOURO, Guracira. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte : Autêntica, 2001.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

BUTLER, Judith. Undoing gender. New York & London: Routledge. 2004.

COLLIER, Jane e YANAGISAKO, Sylvia: Gender and Kinship. Essays toward a unified analysis. Stanford, Stanford University Press, 1987

CORNELL, Drucilla. “Gender, sex, and Equivalent Rights”. In: BUTLER, Judith.& SCOTT, Joan (orgs). Feminists theorize the political. Routledge : New York & London, 1992.

CORNELL, Drucilla. Beyond Accommodation – ethical feminism, deconstruction and the law. Boston: Rowman & Littlefield Publishers, 1999.

DURKHEIM, Emile e MAUSS, Marcel: "De ciertas formas primitivas de clasificación. Contribuición al estudio de las representaciones colectivas". (1903) IN: MAUSS, Marcel: Institución y Culto. Representaciones colectivas y diversidad de civilizaciones. Barral Editores, Barcelona, 1971.

FOUCAULT, Michel. As Palavras e as Coisas. Uma arqueologia das ciências humanas. Martins Fontes. São Paulo, 2000

FOUCAULT, Michel.. História da sexualidade, volumes I, II, III. Rio de Janeiro: Graal. 1988.

FOUCAULT, Michel. A microfísica do poder. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro : Graal. 1982.

FRANCHETTO, B, CAVALCANTI, Maria Laura V. C., HEILBORN, Maria Luiza: “Antropologia e Feminismo” in: Perspectivas antropológicas da mulher, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981.

HARRIS, Olivia e YOUNG, Kate (orgs): Antropologia y Feminismo. Barcelona, Anagrama 1979.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”, in: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

LAQUEUR,T W Inventando o sexo :corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro, Relume Dumara, 2001.

MOORE, Henrietta. A passion for difference. Indiana University Press, 1994

ORTNER, S. e WHITEHEAD, H. (eds), Sexual Meanings: The Cultural Construction of Gender and Sexuality. Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

OUSDHOORN, Nelly Beyond the Natural Body. An Archeology of Sex Hormones. London and New York: Routledge , 1994

REITER, Rayna (ed). Toward an Anthropology of Women. New York, Monthly Review Press, 1975.

RODRIGUES, Carla. "Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida". Revista Sexualidad, Salud y Sociedad n.10, pp.140-164 , 2012a

RODRIGUES, Carla. "Antígona: lei no singular, lei do singular". Sapere Aude – Belo Horizonte, v.3 - n.5, p.32-54, 2012b.

Rubin Gayle. "The traffic in women: notes on the "political economy of sex", in: REITER, Rayna (ed): Toward an Anthropology of Women. New York, Monthly Review Press, 1975, pp. 157-211.

SAFATLE, Vladimir. "Être juste avec Freud". IN: MANIGLIER, Patrice (org.). Le moment philosophique des années 1960 en France. Paris: PUF, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de analise histórica in Revista de educação e Realidade n.2;v.15. Porto Alegre (5-22), 1990.

SCOTT, Joan. Entrevista com Miriam Grossi e Maria Luiza Heilborn. Revista de Estudos Feministas. v. 6, n. 1, 1998.

SHAPIRO, Judith: "Anthropology and the study of gender" in: Soundings, an interdisciplinary journal. 64, n. 4: 446-65, 1981.

Gender and post-gender: a political debate

Abstract: Since it was published in 1986 in volume 5 of the 91 edition of the American Historical Review, "Gender - useful category of historical analysis," the historian and feminist theorist Joan Scott, became the main reference for the use of the term in the debate about rank or gender asymmetry. This article begins with a recovery of propositions Scott for the term, aiming to discuss, from the work of authors who call themselves "post-gender", the extent to which gender is still a useful category of analysis, given its transformations recent result of questions pointing to insufficiency of sex / gender distinction. We propose here a literature review that incorporates the use of the term, lies in its deconstruction - recognizing important theoretical and policy implications – to get to the debate on how to tackle the issue of normative function of gender identities and their consequences. We note that, in this way, the political moves of the feminist critique of gender hierarchy to the critique of normalization of the heterosexual matrix, which is not without political implications on which we reflect.
Keywords: Gender. Subject. Sexual difference.